

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	23
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	25
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	28
10.5 - Políticas contábeis críticas	29
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	41
10.8 - Plano de Negócios	42
10.9 - Outros fatores com influência relevante	43

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são associados à inflação, à taxa de juros e à taxa de câmbio observadas no cenário macroeconômico.

Inflação

Os principais custos e despesas da Companhia são periodicamente reajustados. Exemplo de gastos reajustados com base em índices de inflação previamente definidos são as despesas com aluguel e com comunicação. Já as despesas com pessoal (salários, encargos e benefícios), que representaram aproximadamente 44% do total de custos e despesas operacionais de 2011, são parte de negociações coletivas regionais, que tomam os índices de inflação como uma referência.

Em contrapartida, os contratos recorrentes de manutenção, que representaram 47,4% da receita líquida total de 2011 (cobriu aproximadamente 58% do total de custos e despesas operacionais) também são reajustados anualmente com base em índices de inflação previamente definidos.

Historicamente, a Companhia reajusta a tabela de preços das taxas de licenciamento de software e das taxas horárias de serviços com base em índices de inflação, porém essas não são receitas recorrentes e não há garantia de que a Companhia continue a repassar os impactos inflacionários sobre essas linhas de receita futuramente.

A Companhia avalia que no curto prazo a inflação pode provocar efeitos relevantes sobre suas operações. No entanto, esses efeitos são mitigados no médio/longo prazo, uma vez que os reajustes sobre seus custos e suas despesas operacionais são relevantemente atenuados pelos reajustes praticados em suas receitas recorrentes e não recorrentes.

Taxa de juros

A variação das taxas de juros pode influenciar os resultados da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos realizados pelo mercado. Porém, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC (taxa básica de juros utilizada como referência pela política monetária), a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

As aplicações financeiras seguem as políticas de investimento da Companhia, as quais determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários substancialmente remunerados com base em percentuais de variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi definida como cenário provável e, a partir deste, foram simulados outros dois cenários acrescidos de variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário, como segue:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	10,75%	8,06%	5,38%
Posição em 31.12.2011 (R\$ mil)		27.295	20.465	13.660

R\$ 253.910* (mil)

* Saldos em 31 de dezembro de 2011

Os financiamentos tomados pela Companhia são basicamente provenientes dos contratos de arrendamento mercantil com taxas pré-fixadas, linhas de financiamento do BNDES e Debêntures atreladas à TJLP.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2011, foi definido o cenário provável para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2011, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário, como segue:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos – BNDES (R\$ mil)		12.223	14.667	17.112
Taxa sujeita à variação	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
R\$162.968* (mil)				
Debêntures (R\$ mil)		17.472	19.249	20.955
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	5,00%	6,25%	7,50%
R\$157.111* (mil)	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%

* Saldos em 31 de dezembro de 2011

Taxa de câmbio

A Companhia tem operações no Brasil e no exterior, portanto, estando exposta à variação cambial. Além disso, uma parcela dos custos e despesas da TOTVS, mesmo incorrida no Brasil, é influenciada pelo câmbio (exemplos: viagens internacionais e, em menor medida, nacionais).

A exposição cambial associada às operações no exterior é baixa, haja vista que as operações internacionais representaram em conjunto aproximadamente 1,3% da receita total da Companhia no exercício de 2011.

A Companhia avalia que a variação cambial não produz efeitos relevantes sobre suas operações, uma vez que sua estrutura de custos não contém de forma significativa elementos cujos preços dependam de cotações de moedas estrangeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. riscos para os quais se busca proteção**

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas nacionais, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais para o setor, índice de inflação e política cambial, conforme discutido no item 5.1.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Historicamente, os riscos apresentados anteriormente (item 5.2a) têm seu efeito atenuado para Companhia por ela ter uma base de clientes pulverizada, tanto em termos de receita (os 100 maiores clientes corresponderam a cerca de 15% da receita em 2011), como em setores de atividades nos quais esses clientes atuam.

Como comentado no item 5.1, a Companhia entende que o impacto inflacionário sobre seu resultado operacional é mitigado pelo reajuste anual dos contratos de manutenção e pelos reajustes periódicos nos preços das novas taxas de licenciamento e nas taxas horárias dos projetos de serviços vendidos.

Em relação à taxa de juros, a Companhia busca monitorar o endividamento líquido por meio da comparação da geração operacional de caixa e a dívida total, como demonstrado no item 3.7 deste formulário.

A Companhia busca em suas operações internacionais dimensionar estruturas de custos compatíveis com as respectivas gerações de receita, de forma a não aumentar a exposição da Companhia às variações nas taxas de câmbio.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Como não foi identificada relevante exposição aos riscos de mercado listados no item 5.2a, a Companhia não utiliza no momento nenhum instrumento ativo de hedge, além dos hedges “naturais” que consistem em: reajuste das receitas com base em índices de preços (proteção contra a inflação); monitoramento do índice de endividamento líquido (proteção contra a taxa de juros) e do fluxo de caixa das operações individuais e consolidadas; e operações internacionais com receitas e custos essencialmente incorridos nas mesmas moedas (proteção contra a taxa de câmbio).

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os principais parâmetros são a representatividade das receitas de manutenção em relação à receita total, o monitoramento dos indicadores de endividamento líquido (item 3.7), cronograma de vencimento da dívida (item 3.8) e o patrimônio líquido denominado em moeda estrangeira em relação ao patrimônio líquido total da Companhia.

e. instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

No período compreendido por este Formulário de Referência, a Companhia não conduziu operações dessa natureza.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Mensalmente, o vice-presidente financeiro reúne-se com o diretor de planejamento e com o gerente de tesouraria para analisar o nível de endividamento líquido da Companhia, bem como a geração de caixa de cada região onde a Companhia está presente, sendo essa última análise realizada com a participação dos gestores das unidades regionais. Ademais, o

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria, acompanha a qualidade e efetividade do sistema de gerenciamento e dos controles internos dos riscos.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura atual é adequada, tendo em vista a reduzida exposição que está sujeita aos riscos elencados no item 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Até a entrega deste formulário, a Companhia não identificou alterações significativas nos principais riscos de mercado elencados no item 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A fim de atender a Deliberação CVM nº 637 de 06 de agosto de 2010, bem como a orientação constante do Ofício - Circular CVM/SEP/Nº005/2011, os comentários dos diretores da Companhia foram preparados no sentido de evitar a comparação de demonstrações financeiras elaboradas com base em padrões contábeis diversos.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

2009: O ano destacou-se pela bem-sucedida integração das operações da Datasul. A TOTVS apresentou recordes históricos de receitas e lucro líquido, comprovando os ganhos de sinergia e eficiência. A fim de consolidar a marca TOTVS, relevantes investimentos em propaganda e marketing foram realizados. O fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais seguiu consistente, o que permitiu a elevação das disponibilidades da Companhia. As contas a receber de clientes cresceram 34%, porém permaneceu com prazo médio de recebimento inferior a 80 dias. A estrutura de capital não sofreu grandes mudanças, mantendo-se a predominância das dívidas de longo prazo e índice de liquidez corrente praticamente constante com a análise de 2008.

2010: A Companhia apresentou crescimento em todas as linhas de receita e também no número de clientes novos. O lucro líquido de 2010 foi recorde histórico, chegando a R\$138,196 milhões. O índice de liquidez corrente da TOTVS fechou o ano em 2,1, refletindo a capacidade da empresa em liquidar suas obrigações de curto prazo. O caixa totalizou R\$232,508 milhões, correspondentes a 16,4% do ativo total. Durante o ano de 2010, a TOTVS concluiu o processo de consolidação do sistema de distribuição e incorporou as estruturas das principais franquias de desenvolvimento, mantendo seu foco na melhoria contínua dos processos internos.

2011: A Companhia manteve o histórico de crescimento em todas as linhas de receita e, novamente com crescimento de dois dígitos (+13,3%) na receita líquida. O lucro líquido, por sua vez, registrou novo recorde histórico, chegando a R\$168,903 milhões. Em função da forte geração de caixa, a Companhia encerrou o ano com R\$287,079 milhões em caixa, e dívida líquida de 0,2x EBITDA.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

A Companhia não considera a hipótese de proceder ao resgate de suas ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são fortes geradoras de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.

Parte dos exigíveis e dos recebíveis é decorrente da prestação de serviços de implementação de software e outros, que são prestados no país onde são vendidos. Dessa maneira, há uma proteção natural contra efeitos de desvalorização de moedas e de paridade cambial.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia possui perfil conservador de investimento e não opera em mercados de risco e/ou de derivativos.

2009: a Liquidez Corrente da Companhia passou para 2,4 e seu perfil de dívida não foi alterado significativamente, uma vez que não foram necessários novos financiamentos relevantes. Analisando-se a dívida de longo prazo contraída no ano de 2008, ela representaria 0,9x EBITDA (ou o lucro antes de juros, impostos e amortização - LAJITDA), inferior a soma das Disponibilidades e das Contas a Receber de Clientes de curto prazo.

2010: A Companhia não contraiu financiamentos relevantes em 2010. A dívida líquida ao final do ano estava em 0,6x EBITDA e seu índice de liquidez corrente em 2,1 espelha a manutenção de boa saúde financeira da empresa para honrar com suas obrigações.

2011: A Companhia não contraiu financiamentos relevantes em 2011. A dívida líquida ao final do ano estava em 0,2x EBITDA e seu índice de liquidez corrente em 2,0 espelha a manutenção de boa saúde financeira da empresa para honrar com suas obrigações.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

2009: o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa da Companhia.

2010: o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa da Companhia. A Companhia não contraiu financiamentos relevantes no ano de 2010.

2011: o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa da Companhia. A Companhia não contraiu financiamentos relevantes no ano de 2011.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não possui deficiências de liquidez e não pretende buscar fontes de financiamento para capital de giro ou para investimentos em ativos não-circulantes por acreditar não possuir deficiências de liquidez.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela a seguir:

	(Valores expressos em milhares de reais)					
	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
BNDES – PROSOFT	157.956	210.370	209.775	157.956	210.370	209.775
Desenvolvimento de software – FINEP	2.886	5.019	6.306	2.886	5.019	6.306
Contas garantidas e outras	-	130	-	2.126	2.870	1.795
Empréstimos e Financiamentos	160.842	215.519	216.081	162.968	218.259	217.876
Debêntures	170.588	197.950	217.437	170.588	197.950	217.437
Total	331.430	413.469	433.518	333.556	416.209	435.313
Passivo circulante	97.428	(71.444)	(12.336)	98.384	(74.184)	(13.056)
Passivo não circulante	234.002	342.025	421.182	235.172	342.025	422.257

Os montantes registrados no passivo não circulante ao final de cada período apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	(Valores expressos em milhares de reais)					
	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
2010	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	45.954	-	-	47.029
2012	-	58.015	41.931	-	58.015	41.931
2013	87.951	53.266	41.078	89.121	53.266	41.078
2014	51.121	51.147	40.000	51.121	51.147	40.000
2015	32.000	68.000	120.000	32.000	68.000	120.000
2016	48.001	102.000	120.000	48.001	102.000	120.000
2017 em diante	14.929	9.597	12.219	14.929	9.597	12.219
	234.002	342.025	421.182	235.172	342.025	422.257

BNDES - PROSOFT: Em 19 de agosto de 2008 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a obtenção de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$204,5 milhões, no âmbito do PROSOFT. Em setembro de 2008, foi disponibilizado à Companhia o montante de R\$160 milhões, o qual possui como garantia carta de fiança bancária. Em abril de 2009, foram disponibilizados mais R\$ 44,5 milhões, em complemento à tomada de crédito aprovada em 2008. O empréstimo tem como finalidade o financiamento da pesquisa com inovação dos produtos de software, reposicionamento da marca e reestruturação dos canais de vendas, sendo remunerado com base na TJLP, acrescida de juros de 1,5% ao ano, com vencimentos semestrais.

Desenvolvimento de software – FINEP: O referido empréstimo – contratado pela Datasul – é remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de juros de 5% ao ano e está garantido por cartas de fiança bancária.

Debêntures: Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram a emissão de até 100.000 (“Units”), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos cada *Unit* por duas debêntures não destacáveis, sendo uma debênture conversível da 1ª série e uma debênture conversível da 2ª série. Em 26 de agosto de 2009, com o intuito de detalhar a forma de cálculo e de atualização: (a) da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

remuneração das debêntures conversíveis em ações de ambas as séries da 1ª emissão privada da Companhia ("Debêntures"); (b) do prêmio de não conversão das Debêntures; (c) dos percentuais de conversão; (d) do prêmio sobre o preço em caso de conversão obrigatória das Debêntures a Companhia celebrou com seu Agente Fiduciário o 2º aditamento ao instrumento particular de escritura de 1ª emissão de debêntures.

As debêntures da 1ª série serão remuneradas com base no IPC-A acrescido de juros de 3,5% ao ano, limitados a TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos anualmente em 19 de agosto. As debêntures da 2ª série serão remuneradas com base na TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos semestralmente em 19 de fevereiro e 19 de agosto.

A Companhia pagará *pro rata temporis* a remuneração devida até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: (i) eventuais conversões de debêntures; (ii) amortizações programadas; (iii) vencimento antecipado; e (iv) vencimento final ou liquidação das debêntures.

As *Units* terão conversão obrigatória em ações ordinárias da Companhia, caso a partir da data de sua emissão, o preço médio ponderado de 360 dias das ações da Companhia, calculado nos pregões na Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa") e apurado na data de aniversário das *Units*, em cada período, seja maior que o preço médio ponderado por volume da ação da Companhia, também calculado nos pregões na Bovespa, no período compreendido entre 6 de junho a 31 de agosto de 2008 ("período base"), acrescido do prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, durante os três primeiros aniversários da debênture, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subsequentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escritura das debêntures e atualizados de acordo com a fórmula abaixo:

$$[\{ (1 + \text{IPC-A}) * (1 + 0,12) \}^{(n/360)} \}^{(0,5)}] * [\{ (1 + \text{TJLP}) * (1 + 0,09) \}^{(n/360)} \}^{(0,5)}]$$

Sendo n = número de dias corridos entre a data de apuração e a data da emissão.

Caso a valorização atinja as condições acima descritas os debenturistas ficarão obrigados a converterem, em 2011, até 15% das debêntures emitidas, até 30% em 2012, até 45% em 2013, e até 60 % em 2014. Contudo, a conversão obrigatória somente poderá ocorrer após 2 anos da data de sua emissão.

O preço de conversão, caso isso ocorra, também será o preço médio ponderado por volume das ações da Companhia, calculado nos pregões da Bovespa no período base, acrescido de prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, para as possíveis conversões a se realizarem em 2011, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subsequentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escritura das debêntures.

A conversão voluntária das debêntures, a critério dos debenturistas, poderá ser efetuada considerando os limites percentuais por ano e preço de conversão, descritos acima. Não obstante tais percentuais máximos de conversão mencionados, os debenturistas poderão converter 100% desses valores mobiliários caso: i) um terceiro adquira mais de 20% das ações da Companhia ou ii) no caso do número de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

conselheiros independentes no Conselho de Administração da Companhia ser inferior a 50%.

O preço de conversão será simultâneo e proporcionalmente ajustado sempre que houver aumento de capital.

Em caso de não conversão, as debêntures farão jus a um prêmio de não conversão, sendo para as debêntures da 1ª série equivalente à diferença entre o IPC-A acrescido de 8,0% ao ano e a remuneração mencionada acima, e para as debêntures da 2ª série equivalente a juros de 3,5% ao ano. O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série será corrigido pelo IPC-A acrescido de 8,0% ao ano e da 2ª série serão corrigidos pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

O prêmio de não conversão será pago em, no máximo, 6 parcelas e em até 3 anos contados a partir da data do pagamento da última parcela do principal e juros (19 de fevereiro de 2017).

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado, caso não sejam cumpridas determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia encontrava-se totalmente adimplente com todas as condições estipuladas.

Em 19 de agosto de 2010 o preço médio dos últimos de 360 dias das ações da companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, consequentemente foram alcançados os parâmetros que tornou obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 15% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 306.870 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 97,747683 por ação, consequentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$29,996 milhões mediante a amortização desse valor no saldo principal (Units) das debêntures.

Em 19 de agosto de 2011 o preço médio dos últimos de 360 dias das ações da companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, consequentemente foram alcançados os parâmetros que tornou obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 15% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 1.389.191 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 21,596713 por ação, consequentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$30,002 milhões mediante a amortização desse valor no saldo principal (Units) das debêntures.

A emissão não foi objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários, uma vez que as debêntures emitidas pela Companhia têm como característica a colocação privada restrita aos acionistas da Companhia na data de emissão, sem qualquer esforço de venda no mercado em geral.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não mantém outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas descritas no item 10.f.i.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**iii. grau de subordinação entre as dívidas**

Não aplicável.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A escritura da 1ª emissão privada de debêntures conversíveis em ações da Companhia estabelece que é obrigação da Companhia manter, durante a existência das *Units*, até o seu vencimento final, pelo menos dois dos seguintes índices financeiros da Companhia apurados anualmente em demonstrações financeiras auditadas por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários:

- (i) Dívida Líquida/EBITDA: igual ou menor que 4,0;
- (ii) EBITDA/ROL: igual ou maior que 10%;
- (iii) EBITDA/Serviço da Dívida: igual ou maior que 1,0;

onde:

- Dívida Líquida: (Dívida Bruta - Disponibilidades), sendo (Dívida Bruta = Empréstimos (+) Financiamentos (+) Debêntures (+) quaisquer outras formas de endividamento, inclusive parcelamentos junto a credores) e (Disponibilidades = Caixa (+) Aplicações Financeiras);
- EBITDA: Resultado Operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;
- ROL: Receita Operacional Líquida; e
- Serviço da Dívida: Amortização de Principal (+) Pagamento de Juros.

As *Units* poderão ainda ter seu vencimento antecipado caso ocorram certos eventos previstos na cláusula IV da escritura da 1ª emissão privada de debêntures. Os principais são:

- (i) Protesto reiterado de títulos contra a Companhia em valor individual que ultrapasse R\$10 milhões ou valor agregado em período de 12 meses consecutivos que ultrapasse R\$50 milhões;
- (ii) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia;
- (iii) Dissolução e liquidação da Companhia;
- (iv) A inclusão, em acordo de acionistas ou estatuto da Companhia, a partir da data de emissão, de dispositivo pelo qual seja exigido *quorum* especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Companhia pelos respectivos controladores, conforme conceito previsto na Lei das Sociedades por Ações, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe: (i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Companhia a novos mercados; ou (iii) não pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.
- (v) Mudança do objeto social da Companhia, salvo se aprovado previamente por titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação, exceção feita à inclusão de outras atividades, desde que relacionadas à sua atividade principal, no objeto social da Companhia;
- (vi) Aprovação de redução do capital social da Companhia com restituição aos acionistas de parte do valor das ações ou pela diminuição do valor destas, quando não integralizadas, à importância das entradas, sem a prévia e expressa aprovação de titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação;
- (vii) Criação de ações resgatáveis pela Companhia sem a prévia e expressa aprovação de titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (viii) Alienação do controle acionário efetivo, direto ou indireto, da Companhia, por qualquer meio, salvo se aprovado previamente por titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação;
- (ix) Aquisição pela Companhia do controle acionário ou de participação acionária em outras sociedades, “*joint ventures*” ou consórcios que cujos objetos não sejam de tecnologia da informação ou de prestação de serviços, caracterizando desvio do objeto social da Companhia, salvo se aprovado previamente por titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação;
- (x) Saída da Companhia do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, sem a prévia e expressa aprovação de titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ milhares)**

	2011	2010	2009
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	287.079	232.508	207.721
Títulos e valores mobiliários	28.502	6.317	22.469
Contas a receber de clientes	295.094	264.029	230.995
Provisão para créditos de liq. duvidosa	(31.812)	(20.900)	(20.314)
Dividendos a receber	-	800	-
Impostos a recuperar	30.267	29.894	32.716
Outros ativos circulantes	12.210	16.030	11.646
Total do Ativo Circulante	621.340	528.678	485.233
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	29.148	50.129	19.314
Contas a receber de Clientes	23.361	14.807	6.000
IRPJ e CSLL Diferidos	49.368	46.537	40.867
Deposito Judicial	4.459	5.916	14.213
Outros ativos	10.620	15.363	4.147
Total do Ativo Realizável a Longo Prazo	116.956	132.752	84.541
Ativo Permanente			
Investimentos	-	8	10
Imobilizado	58.862	36.535	32.887
Intangível	540.690	593.873	604.071
Total do Ativo Permanente	599.552	630.416	636.968
Ativo Total	1.337.848	1.291.846	1.206.742

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ milhares)**

	2011	2010	2009
Passivo Circulante			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	72.985	69.072	59.199
Fornecedores	19.535	17.363	23.984
Obrigações fiscais	6.544	5.903	7.198
Empréstimos e financiamentos	58.999	62.029	7.838
Debêntures	39.385	12.155	5.218
Arrendamento mercantil a pagar	181	1.923	4.027
Comissões a pagar	43.197	38.581	32.765
Dividendos e JCP a pagar	40.470	34.302	25.947
Obrigações por aquisição de investimento	31.625	10.581	34.577
Outros passivos circulante	2.610	3.306	3.329
Total do Passivo Circulante	315.531	255.215	204.082
Passivo Exigível a Longo Prazo			
Empréstimos e financiamentos	103.969	156.230	210.038
Debêntures	131.203	185.795	212.219
Arrendamento mercantil a pagar	-	114	2.138
Provisão para obrigações legais	2.588	5.876	10.653
Obrigações por aquisição investimento	32.309	54.472	20.286
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-
Outros passivos	2.381	2.568	5.001
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	272.450	405.055	460.336
Patrimônio Líquido			
Capital social	443.702	406.489	376.493
Reserva de capital	76.275	60.406	48.851
Reserva legal	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	232.448	155.153	101.661
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.186)	(2.186)	(1.977)
Participação de acionistas não controladores	-	11.714	16.997
Total do Patrimônio Líquido	749.867	631.576	542.025
Passivo Total	1.337.848	1.291.846	1.206.742

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares)**

	2011	2010	2009
Taxas de Licenciamento	306.965	278.845	228.270
Serviços	365.320	336.770	303.894
Manutenção	606.875	513.860	456.515
Receita líquida de serviços e vendas	1.279.160	1.129.475	988.679
Custos das taxas de licenciamento	-36.546	-24.118	-22.908
Custos dos serviços e vendas	-375.600	-353.332	-296.679
Lucro bruto	867.014	752.025	669.092
Receitas (despesas) operacionais			
Pesquisa e desenvolvimento	-175.247	-149.924	-118.446
Despesas de propaganda	-28.290	-32.335	-30.715
Despesas de vendas	-86.717	-71.225	-57.393
Comissões	-136.667	-108.508	-102.970
Despesas gerais e administrativas	-78.176	-71.819	-76.268
Honorários da administração	-34.220	-27.967	-31.750
Depreciação e amortização	-82.484	-77.883	-69.918
Provisão para crédito de liq.duvidosa	-16.145	-10.595	-7.720
Outras receitas (despesas) operacionais	-2.869	9.900	5.435
Lucro antes dos efeitos financeiros	226.199	211.669	179.347
Receitas financeiras	40.527	18.442	19.257
Despesas financeiras	-58.274	-68.172	-50.481
Lucro antes da tributação	208.452	161.939	148.123
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	-41.179	-31.084	-11.748
Diferido	2.110	6.673	-13.479
	-39.069	-24.411	-25.227
Part. de acionistas não controladores	-480	668	-2.600
Lucro líquido do exercício	168.903	138.196	120.296
Lucro por lote de 1000 ações *	1,07	0,89	0,77

* Número de ações em 2010 e 2009 considerando o desdobramento ocorrido em 21 de março de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2011 e 2010:

Ativo Circulante: O Ativo Circulante totalizou R\$621,340 milhões em 2011, aumento de 18% em relação aos R\$528,678 milhões de 2010. Este aumento se deu principalmente pelo crescimento na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$232,508 milhões, em 2010, para R\$287,079 milhões, em 2011, e em Conta a receber de clientes, que passou de R\$264,029 milhões, em 2010, para R\$295,094 milhões, em 2011, ambos os aumentos decorrentes principalmente do crescimento das vendas e geração operacional de caixa da Companhia. O Ativo Circulante no ano de 2011 representou 46% do valor total do ativo, comparado com 41% em 2010.

Ativo Realizável a Longo Prazo: O Ativo Realizável a Longo Prazo totalizou R\$116,956 milhões em 2011, redução de 12% em relação a 2010. Essa diminuição foi mais significativa na rubrica de Títulos e valores mobiliários que, principalmente por conta da decorrência de prazo da mesma, foi reclassificada de longo para curto prazo.

Ativo permanente: Em 2011, o ativo permanente totalizou R\$599,552 milhões, redução de 5% em relação a 2010. Essa redução se deu principalmente pela amortização do Ativo Intangível, oriundo de aquisições. O ativo permanente de 2011 representou 45% do ativo total, comparado com 49% em 2010.

Passivo Circulante: O Passivo Circulante em 2011 foi de R\$315,531 milhões, apresentando um crescimento de 24% em relação ao de 2010, o qual foi de R\$255,215 milhões. Este crescimento ocorreu principalmente pelo aumento das contas de: (i) Debêntures, que passou de R\$12,155 milhões, em 2010, para R\$39,385 milhões, em 2011, principalmente por conta da marcação a mercado das debêntures conversíveis; e (ii) Obrigações por aquisição de investimento, que passou de R\$10,581 milhões, em 2010, para R\$31,625 milhões, em 2011, principalmente por conta da decorrência de prazo das mesmas. O Passivo Circulante no ano de 2011 representou 24% do total do Passivo do mesmo ano, comparado com 20% em 2009, representando um aumento de 4 pontos percentuais.

Passivo Exigível a Longo Prazo: O passivo exigível a longo prazo totalizou R\$272,450 milhões em 2011, apresentando uma redução de 33% em relação ao de 2010. Essa redução do exigível a longo prazo decorreu principalmente da diminuição da conta de Empréstimos e Financiamentos, por conta do pagamento da amortização do principal, conforme cronograma, e da conta de Debêntures, a qual passou de R\$185,795 milhões, em 2010, para R\$131,203 milhões, em 2011, devido à conversão de 15% das debêntures em agosto de 2011 e também por conta da reclassificação mencionada no Passivo Circulante. O Passivo exigível a longo prazo no ano de 2011 representou 20% do passivo total, comparado com 31% de 2010, representando uma redução de 11 pontos percentuais.

Patrimônio Líquido: A Companhia encerrou 2011 com Patrimônio Líquido de R\$749,867 milhões, aumento de 19% sobre 2010. O Patrimônio Líquido cresceu principalmente por conta do aumento da Reserva de Retenção de Lucros, que passou de R\$155,153 milhões, em 2010, para R\$232,448 milhões, em 2011, refletindo o crescimento do lucro líquido; e do aumento do Capital Social, por conta da emissão de ações para conversão de debêntures. O Patrimônio Líquido no ano de 2011 representou 56% do passivo total, comparado com 49% de 2010, representando um aumento de 7 pontos percentuais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2010 e 2009:

Ativo Circulante: O Ativo Circulante totalizou R\$528,678 milhões em 2010, aumento de 9% em relação aos R\$485,233 milhões de 2009. Este aumento se deu principalmente pelo crescimento na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$207,721 milhões, em 2009, para R\$232,508 milhões, em 2010, e em Conta a receber de clientes, que passou de R\$230,995 milhões, em 2009, para R\$264,029 milhões, em 2010, ambos os aumentos decorrentes do crescimento das vendas e geração operacional de caixa da Companhia. O Ativo Circulante no ano de 2010 representou 41% do valor total do ativo, comparado com 40% em 2009.

Ativo Realizável a Longo Prazo: O Ativo Realizável a Longo Prazo totalizou R\$132,752 milhões em 2010, aumento de 57% em relação a 2009. Esse aumento foi mais significativo na rubrica de Títulos e valores mobiliários, decorrentes de aquisições, e das Contas a receber de clientes que refletiram principalmente o crescimento de vendas no período.

Ativo permanente: Em 2010, o ativo permanente totalizou R\$630,416 milhões, redução de 1% em relação a 2009. Essa redução se deu principalmente no Ativo Intangível, oriundo das aquisições de operações, devido à amortização que é aplicada sobre o mesmo. O ativo permanente de 2010 representou 49% do ativo total, comparado com 53% em 2009.

Passivo Circulante: O Passivo Circulante em 2010 foi de R\$255,215 milhões, apresentando um crescimento de 25% em relação ao de 2009, o qual foi de R\$204,082 milhões. Este crescimento ocorreu principalmente pelo aumento da conta de Empréstimos e Financiamentos, que passou de R\$7,838 milhões, em 2009, para R\$62,029 milhões, em 2010, por conta da decorrência de prazo dos mesmos. Os saldos de Obrigações sociais e trabalhistas apresentaram crescimento de 17%, refletindo o crescimento da força de trabalho; e Dividendos e JCP a Pagar cresceram 32% no período, em decorrência dos juros sobre capital próprio anunciados em dezembro de 2010. O Passivo Circulante no ano de 2010 representou 20% do valor total do Passivo do mesmo ano, comparado com 16% em 2009, representando um aumento de 4 pontos percentuais.

Passivo Exigível a Longo Prazo: O passivo exigível a longo prazo totalizou R\$405,055 milhões em 2010, apresentando uma redução de 12% em relação ao de 2009. Essa redução do exigível a longo prazo decorreu principalmente da diminuição da conta de Empréstimos e Financiamentos, por conta da reclassificação mencionada no Passivo Circulante, e da conta de Debêntures, a qual passou de R\$212,219 milhões, em 2009, para R\$185,795 milhões, em 2010, devido à conversão de 15% das debêntures em agosto de 2010. O Passivo exigível a longo prazo no ano de 2010 representou 31% do passivo total, comparado com 38% de 2009, representando uma redução de 7 pontos percentuais.

Patrimônio Líquido: A Companhia encerrou 2010 com Patrimônio Líquido de R\$631,576 milhões, aumento de 17% sobre 2009. O Patrimônio Líquido cresceu por conta do aumento da Reserva de Retenção de Lucros, que passou de R\$101.661 milhões em 2009 para R\$155,153 milhões em 2010, refletindo o crescimento do lucro líquido; e do aumento do Capital Social, por conta da emissão de ações para conversão de suas debêntures. O Patrimônio Líquido no ano de 2010 representou 49% do passivo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

total, comparado com 45% de 2009, representando um aumento de 4 pontos percentuais.

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os anos 2011 e 2010:

A Companhia encerrou 2011 com crescimento em todas as linhas de receita e lucro recorde de R\$169,903 milhões, 22% superior ao ano anterior. A TOTVS alcançou EBITDA(*) ("Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization"; lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$308.683 mil em 2011, o maior de sua história.

A TOTVS encerra o ano de 2011 com *receita líquida total* de R\$1.279,160 milhões, com crescimento de 13,3% sobre a receita líquida de 2010. A expansão econômica do Brasil e a baixa penetração do mercado de software colaboraram significativamente com esse desempenho.

A *receita de taxas de licenciamento* totalizou R\$306,965 milhões e cresceu 10,1% ante os R\$278,845 milhões de 2010. O incremento é justificado pela adição de novos clientes, novas vendas a clientes da base e o aumento do ticket médio nas vendas a clientes da base.

A *receita de serviços* foi superior em 8,5% à de 2010, alcançando R\$365,320 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente ao aumento no volume de implementações, em função de novas vendas de software para clientes da base e novos, e a ampliação das operações dos serviços de infraestrutura e de consultoria.

A *receita de manutenção* encerrou 2011 com R\$606,875 milhões, montante 18,1% acima dos R\$513,860 milhões de 2010. Essa aceleração do crescimento da receita de manutenção resulta principalmente das vendas de licenças realizadas em trimestres anteriores e pela retenção dos contratos de manutenção, que são sujeitos ao reajuste anual, com base em índices de inflação pré-definidos, que na maioria dos casos é o IGP-M.

O *custo das taxas de licenciamento* representa o custo com soluções de terceiros, revendidas e/ou utilizadas nas soluções TOTVS. Em 2011, essa rubrica foi de R\$36,546 milhões, que representou 11,9% da receita líquida de taxas de licenciamento, ante 8,6% em 2010, principalmente impactada por custos adicionais relativos a royalties de soluções utilizadas na plataforma de TV Digital.

O *custo dos serviços e vendas* apresentou crescimento de 6,3% em 2011 sobre 2010, percentual inferior ao crescimento de 11,1% da receita bruta de serviços no mesmo período. A melhora da margem bruta é consequência das medidas internas da Companhia para aumentar a eficiência de implementação de software e do aumento da participação dos serviços de infraestrutura e consultoria, que possuem melhor margem bruta.

As *despesas com pesquisa e desenvolvimento (P&D)* passaram de 13,3% para 13,7% entre 2010 e 2011, como percentual da receita líquida total. Além da integração das FDES, o desenvolvimento da plataforma para interatividade do Sistema Brasileiro de TV Digital (TQTVD), que totalizou R\$9,258 milhões em despesas com P&D em 2011,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

também contribuiu para o aumento dessa linha de despesas. Sem esse projeto, as despesas com P&D representaram 13,1% da receita líquida total.

As *despesas com propaganda* decresceram 12,5% entre os 2010 e 2011. Em 2011, as despesas com propaganda representaram 2,2% da receita líquida da Companhia, ante 2,9% em 2010. Essa redução se deu em decorrência da revisão do plano de comunicação realizado pela Companhia em 2011, tendo em vista a previsão de lançamentos de novas ofertas de soluções em 2012.

As *despesas de vendas* cresceram 21,8% em 2011, totalizando R\$86,717 milhões. Esse crescimento no ano reflete principalmente a ampliação do time próprio de vendas e os aumentos salariais do período.

As *despesas com comissões* representaram 10,7% da receita líquida de 2011, ante 9,6% de 2010. Essa variação das despesas com comissões como percentual da receita líquida resulta do *mix* de vendas entre os canais de distribuição (próprios e franquias) em cada período.

As *despesas gerais e administrativas (DGA)* cresceram 8,9% em 2011 sobre 2010, inferior ao crescimento da receita líquida no período. Tal crescimento de DGA resultou, principalmente, dos reajustes salariais, dos aumentos de quadro de pessoal e dos custos com infraestrutura e comunicação no período.

Os *honorários da administração* cresceram 22,4% entre 2010 e 2011, principalmente influenciados pelo provisionamento adicional de R\$5,491 milhões no período, decorrentes dos dois lotes de opções de compra de ações outorgadas aos executivos em 2010.

A *provisão para créditos de liquidação duvidosa* totalizou R\$16,145 milhões em 2011, que representaram 1,3% da receita líquida no período, ante 0,9% em 2010. Esse aumento em 2011 se deve principalmente ao montante de R\$4,727 milhões relacionado às operações no mercado internacional.

As *despesas com depreciação e amortização* totalizaram em 2011 R\$82,484 milhões, ante R\$77,883 milhões em 2010, aumento de 5,9%. Essa elevação do patamar de despesas com depreciação e amortização traduz o crescimento da infraestrutura da Companhia e o aumento do volume de amortização de intangíveis oriundos de aquisições de operações.

As *despesas financeiras líquidas das receitas financeiras* alcançaram R\$17,747 milhões, um decréscimo de 64,3% em comparação com R\$49,730 milhões de 2010. Esse decréscimo decorre, principalmente, da redução do endividamento líquido da Companhia, tanto no saldo de empréstimos e financiamentos quanto no saldo de debêntures.

A soma do *caixa e equivalente de caixa* em 31 de Dezembro de 2011 totalizou R\$287,079 milhões, representando um aumento de 23,5% sobre a posição de R\$232,508 milhões em 31/12/2010. A empresa reitera que tem política conservadora na gestão de suas atividades financeiras, ativas e passivas, e que não realizou nenhuma operação especulativa no mercado financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os anos 2010 e 2009:

A Companhia encerrou 2010 com indicadores positivos como o aumento do número de novos clientes, crescimento em todas as linhas de receita e lucro recorde de R\$138,196 milhões, 14,9% superior ao ano anterior.

A TOTVS alcançou EBITDA(*) ("Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization"; lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$289,552 milhões em 2010, com crescimento de 16,2% sobre o ano de 2009 e a margem EBITDA(**) atingiu 25,6%, acima 40 pontos-base quando comparada à margem de 2009.

A TOTVS encerra o ano de 2010 com receita líquida de R\$1.129,475 milhões, com crescimento de 14,2% sobre a receita líquida de 2009. A reorganização no sistema de distribuição, iniciada no segundo semestre de 2009, e a expansão econômica do Brasil e da região, colaboraram significativamente com esse desempenho.

A linha de *receita com taxas de licenciamento* foi a que apresentou maior crescimento no ano: 22,2%, passando de R\$228,270 milhões em 2009 para R\$278,845 milhões em 2010. O número de clientes novos de software foi de 2.840, 9,6% superior ao número de novos clientes de 2009.

A *receita com serviços* foi recorde, totalizando R\$336,770 milhões no ano, 10,8% superior à de 2009. Porém, este crescimento não refletiu a mesma aceleração da receita com licenças de uso, devido ao descasamento entre a venda da licença e a prestação dos serviços. A participação dos Serviços de Valor Agregado e de Consultoria aumentou nesta linha, passando de 25,7% dessa receita em 2009 para 27,2% em 2010.

A *receita de manutenção* cresceu 12,6% de 2009 para 2010, totalizando ao final de 2010 R\$513,860 milhões. Ao longo do ano, esta linha foi impactada pelo baixo valor de reajuste de inflação. Nos últimos meses do ano, com a aceleração dos índices de inflação, pôde ser observada uma reposição desta receita.

O *custo das taxas de licenciamento* apresentou crescimento de 5,3%, saindo de R\$22,908 mil, em 2009, para R\$24,118 milhões, em 2010. Essa linha de custo representa o custo com soluções de terceiros vendidas pela Companhia.

As *despesas com pesquisa e desenvolvimento* atingiram R\$149,924 milhões em 2010, e representaram 13,3% da receita líquida da Companhia. A ampliação dos investimentos na tecnologia proprietária da TOTVS, a fim de torná-la mais versátil, e investimentos em inovações como no segmento de TV digital, foram os principais itens que influenciaram essa linha de despesa, que, conforme já descrito anteriormente, são fundamentais para o futuro dentro do setor de tecnologia da informação.

As *despesas com propaganda* totalizaram R\$32,335 milhões em 2010, o equivalente a 2,9% da receita líquida. O foco dos investimentos nessa rubrica foi de reforço da marca TOTVS, através das campanhas publicitárias e de marketing no Brasil e exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As *despesas com vendas* cresceram 24,1% entre 2010 e 2009, alcançando R\$71,225 milhões, impactadas por reorganizações internas, a partir da incorporação de equipes de vendas que anteriormente estavam nas franquias. Em contrapartida, conforme explicação no próximo parágrafo, houve redução no volume de comissões pagas, em função da internalização de equipes de vendas.

As *despesas com comissões* passaram de R\$102,970 milhões, em 2010, para R\$108,508 milhões, em 2010, crescimento de 5,4%. Esse crescimento menos acelerado do que o aumento de vendas foi influenciado, conforme o parágrafo acima, pela internalização de estruturas de vendas.

As *despesas gerais e administrativas* totalizaram em 2010 R\$71,819 milhões, redução de 5,8% sobre os R\$76,268 milhões de 2009. A representatividade dessa linha de despesa em relação à receita líquida passou de 7,7%, em 2009 para 6,4%, em 2010, refletindo os ganhos de escala da otimização de estrutura.

As *despesas com honorários da administração* atingiram em 2010 R\$27,967 milhões, redução de 11,9% sobre o valor do ano de 2009, influenciado pela do atingimento proporcional das metas internas fixadas pela empresa.

A despesa com *provisão para créditos de liquidação duvidosa* em 2009 acumulou R\$10,595 milhões, 37,2% superior a 2009. O incremento é decorrente da análise da carteira de recebíveis da empresa, e o julgamento sobre potenciais perdas que a empresa possa ter.

As despesas com *depreciação e amortização* totalizaram em 2010 R\$77,883 milhões, ante R\$69,918 milhões em 2009, aumento de 11,4%. Essa elevação do patamar de despesas com depreciação e amortização traduz o crescimento da infra-estrutura da Companhia e o aumento do volume de amortização de intangíveis oriundos de aquisições de operações.

As *despesas financeiras* alcançaram R\$68,172 milhões, um aumento de 35% em comparação às despesas de R\$50,481 milhões em 2009. Esse aumento decorre, principalmente, da adoção da prática de marcação a mercado das debêntures conversíveis.

O *Caixa e Equivalentes de Caixa* da TOTVS em 31 de Dezembro de 2010 totalizaram R\$232,508 milhões, representando um aumento de 11,9% sobre a posição de R\$ 207,721 milhões em 31/12/2009. A empresa reitera que tem política conservadora na gestão de suas atividades financeiras, ativas e passivas, e que não realizou nenhuma operação especulativa no mercado financeiro.

O *lucro líquido* alcançou o recorde de R\$138,196 milhões em 2010, crescimento de 14,9% na comparação com 2009, refletindo o crescimento de receita superior ao crescimento de custos e despesas.

(*) O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, calculada observando uma das sugestões do Ofício Circular CVM nº 01/2007, consistindo no lucro antes dos impostos e contribuições, das participações de minoritários, despesa/receita financeira líquida (receita e despesas financeiras), depreciação e amortização.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(**) A margem de EBITDA representa a relação percentual entre o EBITDA e receita líquida.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As principais receitas apuradas pela Companhia provêm de: (i) taxas de licenciamento, que incluem a licença dos direitos de uso de software e venda de software de terceiros; (ii) serviços compostos pela receita do serviço de horas relativo à implantação do software, treinamento e serviços de infra-estrutura, terceirização de processos e consultoria; e (iii) manutenção, relativa ao fornecimento das novas versões e atualização dos softwares lançadas pela Companhia, contendo ajustes referentes a toda evolução tecnológica, funcional ou legal, e *help desk* (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas).

A receita da taxa de licenciamento de softwares é registrada quando, cumulativamente: o consumidor final tem acesso à utilização do software; há a formalização do negócio entre as partes, por meio de contrato; o preço é estabelecido; e o valor devido seja realizável.

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados.

O registro das receitas de manutenção, referentes à disponibilização de evoluções tecnológicas e *help desk*, ocorre mensalmente durante a vigência dos contratos com os clientes.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não houve, no período, fatores que pudessem afetar materialmente os resultados operacionais.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de manutenção, que representaram aproximadamente 47% da receita total da Companhia, são indexadas ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) e ao IPC-A, sendo reajustadas de acordo com o “aniversário” de cada contrato de serviço de manutenção e *help-desk* firmado com os clientes.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas nacionais, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais para o setor, índice de inflação e política cambial. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia por ela ter uma base de clientes numerosa, pulverizada e diversa. A base de clientes ativos de software da Companhia é composta por empresas de praticamente todos os setores da economia e os 100 maiores clientes da Companhia responderam por cerca de 15% de suas vendas totais em 2011.

O impacto da variação dos índices de inflação nos custos e despesas da Companhia existe, por serem o IGP-M e o IPC-A bases de reajuste de diversos serviços utilizados pela Companhia, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios) que representaram aproximadamente 40% do total dos custos e despesas da

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Companhia (excetuadas a depreciação e a amortização) além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que podem ser aumentados de acordo com as negociações atreladas a estes índices. Porém, este impacto é minimizado na medida em que as receitas recorrentes, relativas à manutenção, representaram aproximadamente 47% do total das receitas totais de 2011 (ou o equivalente a 63%, quando comparados com o total dos custos e despesas), e são indexadas, no geral, pelos mesmos índices, permitindo seu repasse aos preços, como tem ocorrido historicamente.

A variação das taxas de juros no país pode influenciar os resultados da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos realizados pelo mercado. Porém, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC, a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

Ademais, os financiamentos tomados pela Companhia são basicamente provenientes dos contratos de arrendamento mercantil com taxas pré-fixadas e linhas de financiamento do BNDES e Debêntures atreladas à TJLP, que tendem a apresentar baixa volatilidade mesmo em épocas de aumento da SELIC.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não ocorreram e não são esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou em seus resultados devido à introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Estão elencadas a seguir, em ordem cronológica, as principais operações de fusões e aquisições da Companhia ocorridas nos últimos 3 anos:

YMF: Em 03 de setembro de 2009, a Companhia adquiriu por R\$ 19,0 milhões as ações representativas de 20% do capital social da YMF ARQUITETURA FINANCEIRA DE NEGÓCIOS S.A. ("YMF"), empresa que possui como atividade principal o desenvolvimento e distribuição de software e serviços na área de gestão de investimentos e da qual a Companhia já detinha 80% do capital social. Com a referida aquisição a TOTVS passou, portanto, a deter a totalidade das ações da YMF.

TOOLS: Em 09 de setembro de 2009, a Companhia adquiriu por R\$ 1,5 milhão as ações representativas de 10% do capital social da TOOLS ARQUITETURA FINANCEIRA DE NEGÓCIOS S.A. ("TOOLS"), empresa que oferece soluções para a gestão da cadeia de valor do crédito, incluindo concessão de crédito, financiamento (CDC, crédito pessoal, desconto de títulos, dentre outros), cobrança e gestão de cartões "*private label*", da qual a TOTVS já detinha 90% do capital social. Com a referida aquisição, a Companhia passou a deter a totalidade das ações da TOOLS.

TOTALBANCO: Em 13 de outubro de 2009, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de participação societária representativa de 70% (setenta por cento) do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA. ("TOTALBANCO"), que atua na área de gestão de leasing e crédito para pessoas jurídicas e core-banking, permitindo a integração da gestão de investimentos e da gestão de crédito no "*back-end*". A Companhia pagou o valor de R\$10,8 milhões para os controladores da TOTALBANCO, relativamente à participação societária acima mencionada, que outorgaram à Companhia uma opção de compra dos 30% remanescentes pelo valor de até R\$12,2 milhões, a ser exercida a partir de 01.01.2011.

HERY: Em 14 de outubro de 2009, a Companhia adquiriu por R\$ 12,0 milhões a totalidade do capital social da HERY SOFTWARE LTDA. ("HERY"), franquia de distribuição oriunda da Datasul, incorporada pela Companhia, e que opera em grandes centros tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Centro-Oeste e interior paulista. A aquisição da HERY está alinhada à estratégia da Companhia em manter operações próprias nos grandes centros do país e dá continuidade ao processo de consolidação dos canais de distribuição, iniciado no último trimestre de 2007.

MIDBYTE: Em 05 de janeiro de 2010, a Companhia adquiriu 30% do capital social da empresa MIDBYTE INFORMÁTICA S.A. ("MIDBYTE"), companhia desenvolvedora de software de gestão voltado principalmente ao pequeno varejo, com sede em São Paulo/SP. O valor à vista da transação foi de R\$12 mil.

M2S e M2I: Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia adquiriu 100% do capital social, por intermédio de uma de suas empresas controladas, das empresas M2S SERVIÇOS DE SUPORTE LTDA. ("M2S") e M2I SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE LTDA. ("M2I"), canais de distribuição da marca RM, baseados em Salvador/BA, dedicados à comercialização, implementação e suporte do produto RM no Estado da Bahia. Essa aquisição faz parte dos

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

esforços da TOTVS, intensificados no 2º semestre de 2009, para a unificação de seus canais de distribuição sob uma única marca. A aquisição de ambas as empresas totalizou R\$5,3 milhões.

M2I: Em 26 de janeiro de 2010, a Companhia alienou 100% de sua participação no capital social à J.R.P ASSESSORIA DE INFORMÁTICA LTDA., uma de suas franquias de distribuição, por intermédio de uma de suas empresas controladas, sua participação na empresa M2I SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE LTDA. por R\$840 mil.

SOFTEAM: Em 29 de abril de 2010, a Companhia alienou 100% de sua participação na empresa SOFT TEAM SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA. à SONDA DO BRASIL S.A. por R\$9,5 milhões. Essa venda faz parte do processo de reorganização da grade de soluções de software de gestão.

TQTVD: Em 01 de junho de 2010, a Companhia adquiriu 45% do capital social da TQTVD SOFTWARE LTDA. ("TQTVD") da empresa QUALITY SOFTWARE S.A. por R\$6 milhões. Com a aquisição, a TOTVS passou a deter 100% do capital social da TQTVD. A TQTVD tem o objetivo de desenvolver uma camada de software intermediário que permite o desenvolvimento de aplicações interativas para a TV Digital de forma independente da plataforma de hardware. Com essa operação, que faz parte dos investimentos em P&D da TOTVS, a empresa reafirma seu interesse no desenvolvimento de aplicações interativas para a TV Digital e sua integração com softwares de gestão.

SRC: Em 02 de agosto de 2010, a Companhia adquiriu 100% do capital social da empresa SRC SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA. ("SRC") por R\$ 43milhões, a SRC concentra operações das Franquias de Desenvolvimento LOGISTICS SOLUTIONS LTDA., FUTURA SOLUÇÕES EM FINANÇAS LTDA., ACTON DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA., SGP – SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS LTDA. e AUTUS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA., todas focadas no desenvolvimento de sistemas de gestão ligados à marca "Datasul". A aquisição permitirá à Companhia equalizar as plataformas tecnológicas dos softwares originados da Datasul com o objetivo de reduzir a dependência tecnológica de terceiros e ofertar um portfólio cada vez mais completo ao mercado. A transação também faz parte da estratégia da Companhia de integrar as estruturas externas de desenvolvimento, obtendo sinergias e maior eficiência das áreas de P&D e honrando os compromissos para manter os investimentos em P&D em patamares desejáveis.

MAFIPA: Em 24 de novembro de 2010, a Companhia adquiriu 100% do capital social da MAFIPA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. ("MAFIPA"), empresa que concentra as operações das empresas CYGNI TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA. e L2M SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., canais dedicadas à comercialização, implementação e suporte da antiga marca RM no Distrito Federal, pelo valor R\$5,92 milhões. A aquisição da MAFIPA está alinhada à estratégia da Companhia de manter operações próprias nos grandes centros do país e faz parte do processo de consolidação de canais de distribuição.

GENS: Em 04 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou contrato de Compra e Venda de Quotas pelo qual adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da GENS TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. ("GENS"), sociedade detentora de ativos relacionados com a operação da empresa GENS S.A., franquia de desenvolvimento de softwares focados no segmento de saúde. A transação envolveu o montante de até R\$17,810 milhões.

TOTALBANCO: Em 31 de março de 2011, a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 13 de outubro de 2009, pelo valor de R\$10,539 milhões, ações representativas

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

de 30% (trinta por cento) do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS S.A. ("TOTALBANCO"), sociedade por ações de capital fechado que atua na área de desenvolvimento de softwares para o segmento financeiro e da qual a TOTVS já detinha indiretamente 70% do Capital Social. Com a referida aquisição, a TOTVS passa a deter a totalidade das ações da TOTALBANCO.

TOTVS ARGENTINA: Em 30 de agosto de 2011, a Companhia celebrou contrato de transferência de Ações pelo qual adquiriu 10% do capital Social da Totvs Argentina S.A e 10% do Capital social da Datasul Argentina S.A., pelo valor total de R\$521 mil, passando a deter a totalidade das ações de ambas as empresas.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo "International Accounting Standards Board – IASB" para as demonstrações financeiras consolidadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, refletidas neste material não contêm entre si efeitos significativos de alterações em práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Companhia não tem histórico de ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres emitidos por seus auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e as Demonstrações Financeiras Consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Os resultados das subsidiárias adquiridas/incorporadas estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/cominação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

Receitas e Despesas

A Companhia e suas controladas auferem receita de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (help desk).

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando:

- i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente;
- ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato);
- iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador;
- iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e,
- v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados. As receitas relativas à evolução tecnológica e help desk (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados, são revertidas da respectiva conta de receita e registradas como redutoras de seu respectivo grupo das contas a receber. As receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

O custo relacionado com a receita das taxas de licenciamento inclui os custos de aquisição de banco de dados, os custos da mídia na qual o produto é entregue e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. O custo relacionado com a receita de serviços e manutenção composto, principalmente, de salários do pessoal de consultoria e suporte e demais custos relacionados a essas áreas.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fábrica de software), vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais.

Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior que a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora.

Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de Demonstrações Financeiras, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do ativo imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos e intangíveis em unidades geradoras de caixa.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43 .

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços em desenvolvimento e manutenção de software; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. V) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo.

Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes, carteira de clientes adquiridas e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas, desembolsos para compras de direito de exploração de áreas e aquisição de novos produtos desenvolvidos por terceiros.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

- a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

- b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 30 de setembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Pagamento baseado em ações

Durante os exercícios de 2011, 2010 e 2009, a Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada – contribuição definida, administrada por seguradora e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro

A companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e equipamentos de informática para utilização de suas operações. A companhia determinou, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume todos os riscos e benefícios significativos dos referidos bens. Desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis financeiros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Transações com Pagamentos Baseados em Ações

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Instrumentos financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia dispõe de controles internos com grau de eficiência suficiente para garantir a adequação e confiabilidade de suas demonstrações financeiras. A Companhia busca constantemente aperfeiçoar seus controles internos, por meio da revisão de processos internos.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não aplicável. A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores no período compreendido por este formulário.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável.